



Modelo Pedagógico

Instrumentos e rotinas

Propriedade de: _____

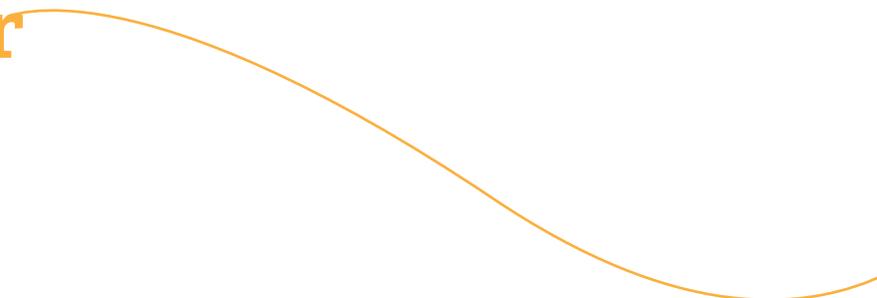
Data: _____

Anotações: _____

Modelo Pedagógico

Instrumentos e rotinas

Olá Educador



Neste Caderno você conhecerá alguns instrumentos e rotinas do Modelo Pedagógico, seus conceitos e operação. São eles:

- Avaliação, Organização e Conselho de Classe
- Práticas da Coordenação Pedagógica
- Guia de Aprendizagem

Bom trabalho!

Instrumentos e rotinas

Avaliação, Organização e Conselho de Classe

O aprendizado é o principal alvo da escola e a avaliação está a serviço da aprendizagem.

Para atender as demandas educacionais do Século XXI, a Escola da Escolha busca responder às mudanças sociais, inserindo inovações em conteúdo, método e gestão. Nessa perspectiva, o Modelo se fundamenta em conceitos e princípios alinhados ao desenvolvimento das competências pessoais, sociais e produtivas dos estudantes, utilizando métodos e conteúdos selecionados mediante as necessidades de cada um e de estratégias que assegurem o aprendizado nas várias dimensões da formação humana, não apenas no âmbito cognitivo.

A avaliação é um processo que não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas dimensionada por um modelo teórico de mundo e, conseqüentemente,

de educação, que possa ser traduzido em prática pedagógica. Nesse sentido, no Modelo Escola da Escolha, **a avaliação é prática processual, que se põe a serviço da aprendizagem dos estudantes a partir da identificação dos seus avanços e retenções.** Deve estar comprometida com o processo de formação nas várias dimensões humanas, assegurando que o estudante compreenda o mundo em que vive para usufruir dele e esteja preparado para nele atuar.

Conduzida pelo professor, a prática avaliativa deve ter um olhar ampliado e concreto sobre o processo de aquisição das aprendizagens. Não apenas sobre o que foi adquirido, mas sobre o que os estudantes serão capazes de aprender.

Numa escola inclusiva, como é a Escola da Escolha, o foco da avaliação não deve estar unicamente no estudante. A avaliação é tratada como um processo dialógico que envolve todos que fazem parte da rotina pedagógica dos estudantes, com deficiência ou não. Mediados e sustentados pela articulação do Modelo de Gestão e do Modelo Pedagógico, o professor, na sua disciplina, e o coordenador pedagógico, na **escola**, deverão se perguntar: “O que é preciso fazer para que se atenda da melhor forma possível as especificidades do aprender do estudante?”.

Norteados pela avaliação pedagógica e, se for o caso, munidos de contribuições que profissionais de áreas como a saúde ou o serviço **social** podem dar, além da valiosa contribuição da família, tal pergunta deverá ser feita em todo o processo de aprendizagem dos estudantes para que os planos de trabalho

(para a sala de aula, para as aulas de Estudo Orientado, para as aulas de Eletiva, para as ações de Tutoria, entre outras ações) convirjam para o mesmo objetivo: que todos os estudantes se desenvolvam em sua integralidade da melhor forma possível.

Em outras palavras, é necessário que o professor, apoiado pela equipe escolar, faça uso de estratégias de aprendizagem que contemplem diversos recursos sensoriais e cognitivos dos estudantes. “Operacionalizar” os 4 Pilares da **Educação** no âmbito da sala de aula é um caminho interessante e importante nesse sentido, de modo que diferentes formas de aprender dos estudantes possam ser contempladas. Portanto, se há múltiplas formas de aprender, há de haver múltiplas formas de ensinar, de monitorar a aprendizagem e de avaliar seus ganhos no percurso e no final de cada etapa/processo educacional.

Quais são as melhores oportunidades para melhoria do ensino na minha escola?

- Caso a rede tenha a figura do Professor Coordenador de Área (PCA), a mesma pergunta deverá ser feita a cada área.
- “A contribuição dos profissionais da área de saúde está relacionada a sugestões de medidas para melhorar a condição geral da pessoa, seu rendimento e, conseqüentemente, seu desempenho na área educacional (...)” Guia prático: O direito de todos à educação. Diálogos com promotores de Justiça do Estado de São Paulo. P. 47
- “Atualmente, sabemos que as condições de aprendizagem dependem de outros aspectos como motivação, memória, atenção, atitudes, valores, aspectos emocionais, sociais e de saúde que, articulados à inteligência, desenharão um perfil pessoal da capacidade de cada um de construir conhecimento. Além disso, a educação está longe de restringir-se aos aspectos de transmissão de informação. Desejamos uma educação voltada para a

construção e desenvolvimento pessoal e social. A inteligência é um fenômeno de múltiplos fatores. Há pessoas que têm uma grande capacidade verbal e de comunicação. Outras têm um raciocínio lógico aguçado. E, outras, ainda, resolvem problemas práticos com grande facilidade. E há pessoas que têm limitações no raciocínio abstrato, por exemplo. As pessoas com deficiência intelectual também têm alguns tipos de inteligência mais desenvolvidos que outros. Portanto, aprendem e se desenvolvem segundo suas características, limitações e potencialidades. Esse direito de explorar seu potencial o mais amplamente possível está garantido na Constituição da República, no seu art. 206, inciso I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola – e art. 208, inciso V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. - Guia prático: O direito de todos à educação. Diálogos com promotores de Justiça do Estado de São Paulo. P. 47

O professor:

- usa as informações para reorganizar o trabalho pedagógico e, a partir disso, atua no coletivo ou individualmente junto àqueles que necessitam;
- reconhece a relação direta entre o desenvolvimento da aprendizagem do estudante e a sua própria prática;
- usa as informações do processo para o seu próprio desenvolvimento.

O que considera a avaliação:

- o progresso individual que tem como referência a posição na qual o estudante se encontra em seu processo de aprendizagem, em termos de conteúdos, competências e habilidades;

- o esforço do estudante na condução de seu desenvolvimento e outros aspectos não especificados no currículo;
- os vários momentos e situações em que certas capacidades e ideias são usadas e que poderiam ser classificadas como “erros”, mas que fornecem informações diagnósticas;
- todas as dimensões da aprendizagem: cognitiva, afetiva, psicomotora, social.

O estudante

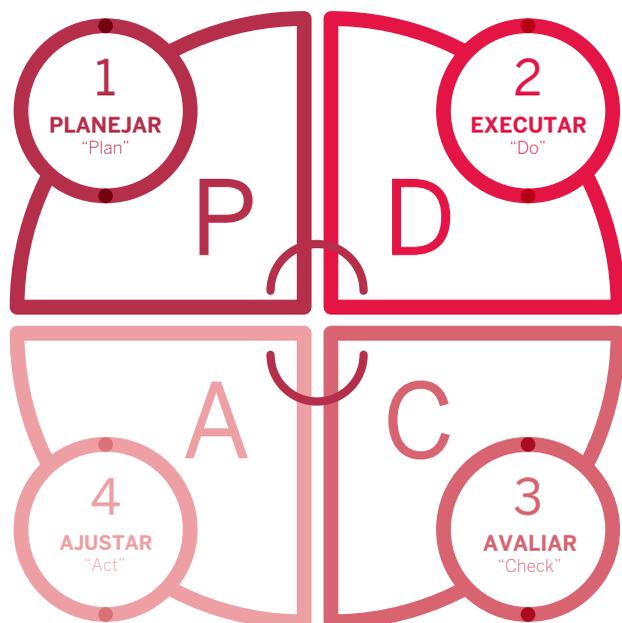
- é o principal usuário das informações fornecidas pela avaliação para a melhoria da aprendizagem;
- exerce papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem;

- progride quando compreende suas potencialidades e fragilidades e sabe como se relacionar com elas.

O que requer

- que todas as dimensões do trabalho escolar sejam avaliadas – estudante e professor – com o objetivo de identificar as lacunas e dificuldades a serem superadas;
- uma ação mediadora, emancipatória, dialógica, integradora e participativa;
- a comunicação enquanto eixo norteador para a reorientação dos trabalhos do professor e do estudante;
- o exercício da corresponsabilidade, na medida em que estudante e professor se comprometem com o que fazem, ou seja, com o desenvolvimento da aprendizagem.

CICLO PDCA



É o ciclo de melhoria contínua!

A avaliação é concebida como um instrumento de gestão do ensino e da aprendizagem e deve demonstrar até que ponto as intenções educativas e os objetivos dos educadores, em todos os níveis, foram alcançados. Ela possibilita o ajuste do apoio pedagógico adequado às características e necessidades de cada um dos estudantes e se compromete com a melhoria contínua dos processos de aprendizagem e dos resultados. Requer a elaboração cuidadosa do seu planejamento e implementação para apoiar o controle e a revisão do Plano de Ação da escola e respectivos Programas de Ação da equipe escolar.

Elemento integrante do processo de ensino e aprendizagem, fornece informações importantes, apoia e orienta as ações do professor, do estudante e da própria escola. Oferece aos gestores e suas equipes ferramentas gerenciais que permitem não apenas agir sobre os resultados medidos (indicadores consequentes), mas sobre os processos (indicadores antecedentes), assegurando uma previsibilidade com alto grau de acerto do resultado esperado.

DIFERENTES TIPOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS NA ESCOLA DA ESCOLHA E SEUS PRINCIPAIS OBJETIVOS

Inicial - Deve ser realizada na abertura do ano letivo. A avaliação inicial tem a função de diagnosticar as aprendizagens adquiridas, contribuindo para o planejamento do professor;

Deve ser realizada na introdução de cada conteúdo, para verificar os conhecimentos prévios dos estudantes. Pode ser feita oralmente.

Formativa ou processual - é a prática de examinar a aprendizagem ao longo das atividades realizadas em sala de aula, a exemplo dos exercícios, produções de textos, comentários,

trabalhos em grupo, apresentações etc. É um importante instrumento para acompanhar, identificar eventuais problemas e dificuldades, verificar a necessidade de retomar aspectos não compreendidos pelos estudantes e, especialmente, corrigi-los antes de avançar.

Somatória - no final de cada etapa de trabalho, para indicar se os resultados esperados estão sendo atingidos e se há necessidade de aula diferenciada, que ocorrerá no próprio contexto da aprendizagem.

Avaliação Diagnóstica Externa

Para que a avaliação cumpra suas funções, é necessário que ela ocorra de modo contínuo e organizado, não apenas em momentos isolados. Em alguns casos, é necessário se submeter a **avaliações externas**, que podem contribuir com uma perspectiva fora do dia a dia.

A avaliação diagnóstica externa traz aos educadores informações e indicadores imprescindíveis para a continuidade do projeto escolar. Subsidiaria e influencia a tomada de decisão sobre o processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de cada turma de estudantes, do conjunto de turmas da escola, do conjunto de escolas integrantes do projeto por coordenadorias ou por secretarias.

A **avaliação externa** pode ser denominada e entendida como diag-

nóstica para identificar:

- no início de cada processo, os conhecimentos que os estudantes têm sobre os conteúdos com os quais vão interagir (**avaliação diagnóstica inicial**);
- ao final da aprendizagem de uma sequência didática ou de um ciclo (nivelamento, reforço ou recuperação), o que foi de fato aprendido (avaliação diagnóstica final ou de saída).

Na Escola da Escolha, a avaliação – como outros processos pedagógicos – carrega em sua prática a articulação entre o Modelo Pedagógico e o Modelo de Gestão: a gestão, por meio dos processos de monitoramento da ação (ciclo PDCA e o trabalho com indicadores, por exemplo) iluminará a prática pedagógica na expectativa de que os estudantes alcancem a excelência acadêmica.

**INDICADORES –
Garantem o alinhamento
entre as ações de cada educa-
dor e dos estudantes com as
ações e estratégias da escola.
Garantem também os resul-
tados esperados, previstos no
Plano de Ação da escola.**

Externa à escola, a avaliação diagnóstica é complementar ao trabalho escolar, pois oferece subsídios para uma formação docente articulada com o aperfeiçoamento imediato da prática do professor na sala de aula. Isso significa dizer que o professor continua a desenvolver a avaliação de seus estudantes de acordo com o seu plano de ensino, em sua classe, mas as avaliações externas o auxiliarão na identificação de competências e habilidades. Esses resultados também subsidiarão o apoio que deverá receber dos demais especialistas em educação para que sua prática em sala de aula seja mais eficiente.

A avaliação externa não substitui a avaliação do professor. No entanto, deve ser “indutora” de mudanças, ao originar expectativas por parte das escolas avaliadas e ao possibilitar a análise de resultados e a interpretação do significado pedagógico desses resultados pelos educadores de cada escola e pelos especialistas que estão na secretaria de educação, nas coordenadorias ou nas equipes que assessoram a implementação de projetos nas escolas.

Para que esses aspectos possam subsidiar em tempo hábil os ajustes que favorecerão a aprendizagem dos estudantes, algumas especificidades precisam ser observadas:

1. Elaboração das avaliações diagnósticas de aprendizagem

As questões ou itens das avaliações elaborados pela equipe externa às escolas deverão considerar as matrizes de competências e habilidades desejáveis para cada ano em curso, sendo:

a. INICIAL (por exemplo, em Língua Portuguesa e em Matemática): logo no início do ano letivo, o que se espera que o estudante domine ao chegar ao ano que cursa. Ou seja, competências ou habilidades relativas aos conteúdos do ano ou anos imediatamente anteriores;

b. FINAL: o que foi aferido na avaliação inicial, embora com questões ou itens diferentes, mas mantendo-se a similaridade e grau de dificuldade, pois o que se quer verificar é o impacto das ações de nivelamento, reforço ou recuperação na aprendizagem dos estudantes;

c. DE PROCESSO: quando, ao longo da implementação de um programa ou projeto, busca-se verificar o impacto das ações implementadas, quer sejam de formação de professores, quer sejam de atividades de reforço. Deverá ocorrer ao final de cada semestre letivo (última quinzena), pautando-se nas competências e habilidades ou expectativas de aprendizagem elencadas para o final do semestre, em cada uma das disciplinas.

2. Análise dos resultados das avaliações pelos educadores:

a. especialistas em educação (nível secretaria, coordenadoria e assessorias de instituições parceiras): o que os resultados demonstram em relação ao ensino e à aprendizagem do conjunto de escolas de cada região, de cada coordenadoria, em cada escola;

b. equipe gestora (nível escola): o que os resultados demonstram em relação ao ensino e aprendizagem do conjunto de turmas de cada ano, de cada turma, do conjunto de turmas de um professor;

c. professor (nível escola): o que os resultados demonstram em relação ao aprendizado de suas turmas e de cada estudante.

3. Procedimentos e encaminhamentos para o plano estratégico ou de replanejamento:

a. estabelecimento de prazos e metas de aprendizagem pelo professor das turmas, pelas equipes gestoras das escolas e especialistas da coordenadoria, secretaria e assessorias do projeto. Essas metas orientarão as ações de apoio ao professor de cada turma e/ou disciplina – sob a responsabilidade dos especialistas da escola, das coordenadorias, secretaria de educação e instituições parceiras – em cada área de atuação e em consonância com as diretrizes do projeto escolar;

b. acompanhamento e avaliação do Plano de Ação da escola e dos Programas de Ação dos professores.

Tendo como subsídios os resultados de cada processo avaliativo, o Plano de Ação da escola e os Programas de Ação dos educadores deverão ser sempre revistos pela equipe escolar com o objetivo de verificar se todas as metas foram atingidas, extrapoladas ou se um plano corretivo será requerido, caso as metas não tenham sido alcançadas.

O paradigma de gestão implantado por esse Modelo identifica uma série de processos para uma gestão de qualidade das escolas e, a cada processo, associa um conjunto de atributos a serem avaliados. Resumidamente, alguns desses atributos se fundamentam:

1. na qualidade da gestão escolar;
2. na postura e proficiência da equipe de apoio e corpo docente;
3. na adequação e o gerenciamento dos recursos de infraestrutura e material didático-pedagógico;
4. na capacidade de manter e ampliar parcerias com entidades e organizações da sociedade;
5. na forma de planejamento adotada pela gestão quanto à sua aderência aos propósitos do Projeto Escolar e sua efetividade no alcance dos seus resultados.

CONSELHO DE CLASSE

A partir de uma perspectiva baseada em suas características históricas e possibilidades práticas, o Conselho de Classe é um órgão colegiado, institucionalizado e representativo, responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação periódica do desempenho dos estudantes.

No entanto, alinhado aos conceitos e princípios que fundamentam o Modelo Escola da Escolha, o Conselho de Classe agrega características e funções que **ampliam** sua presença nos procedi-

mentos de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como elemento de gestão fundamental para o processo de melhoria contínua dos resultados da escola.

Ele é instância privilegiada de reflexão e avaliação sobre o trabalho pedagógico e desempenho dos sujeitos avaliados – estudante e professor – a partir de 2 eixos:

- participação direta, efetiva e consequente;
- o foco do trabalho é a centralidade da avaliação.

Por que implantar este Conselho de Classe na escola?

O Conselho de Classe é parte integrante da rotina pedagógica da escola e sua importância é assegurar a mobilização, análise e discussão do processo de trabalho da sala de aula que se efetiva concretamente e, conseqüentemente, provocar outro nível de reflexão e de ações. Isso deverá agregar maiores esforços de todos os envolvidos para alterar o rumo da situação identificada, numa mediação ativa entre professores-estudantes, estudantes-estudantes, estudante-família, escola-família.

A prática do professor também é objeto dessa reflexão, pois quando avalia o estudante, ele se autoavalia, diagnostica a situação de ensino e de aprendizagem e colhe elementos para o seu aperfeiçoamento, incluindo a alteração dos seus procedimentos didáticos.

Essa reflexão realizada pelo profes-

sor sobre o seu próprio trabalho é um importante instrumento de aprendizagem e de formação em serviço, porque permite a ele se colocar diante de sua própria realidade de maneira crítica, apontando alguns dos problemas existentes nas suas opções metodológicas, na adequação dos conteúdos bimestrais da escola e/ou na utilização dos instrumentos de avaliação, que ajudam nas mudanças e encaminhamentos pedagógicos necessários. Essa reflexão deve levá-lo a uma postura ativa diante de um universo onde mudanças são necessárias para melhorar.

O trabalho resultante do Conselho de Classe permite alinhar a aprendizagem dos estudantes aos seus interesses e necessidades, indo além do aspecto classificatório ou seletivo. A participação dos Líderes de Turma

em determinadas fases da reunião do Conselho possibilita o seu comprometimento com a comunicação da autoavaliação realizada pela sua turma e a corresponsabilização pelos encaminhamentos pactuados, que deverão ser observados por todos os envolvidos a quem as ações se destinarem.

Esse é um legítimo exercício de Protagonismo, no qual os estudantes se colocam a serviço da melhoria dos resultados de aprendizagem de sua turma, confirmando sua atitude solidária em não ser indiferente e fazer parte da solução dos problemas identificados.

E como se implanta o Conselho de Classe?

O Conselho de Classe é liderado pelo Coordenador Pedagógico da escola e conta com a presença dos conselheiros natos – todos os professores, equipe de apoio pedagógico (quando houver), Líderes de Turma e respectivos vice-líderes. Também podem ser convidados para o Conselho de Classe outros educadores que tenham elementos a contribuir com a pauta definida, como o Bibliotecário, o Laboratorista, o Merendeiro, o Coordenador de Pátio etc. A frequência do Conselho de Classe está ligada ao que os sistemas das Secretarias de Educação definem.

No entanto, na perspectiva formativa do Modelo Escola da Escolha, o Conselho de Classe ocorre cinco vezes ao ano, tem focos distintos em cada período e é organizado com base nas necessidades emergentes.

Diagnóstico (1º Conselho)

- analisa os mapas elaborados a partir dos questionários socioeconômicos e de expectativas aplicados junto aos estudantes e suas famílias;
- caracteriza e organiza as necessidades de aprendizagem e ensino;
- reconhece e situa questões emergentes da relação professor-estudante;
- levanta e pactua procedimentos para intervenção efetiva do que foi apresentado.

Acompanhamento (2º, 3º e 4º Conselhos)

- aprecia os resultados identificados ao longo do período;
- avalia a efetividade dos procedimentos adotados e pactuados no Conselho anterior;
- identifica necessidades e possibilidades de outras intervenções;
- assume coletivamente as responsabilidades do acompanhamento e das ações estabelecidas.

Promocional (5º Conselho)

- decide coletivamente sobre a promoção ou retenção do estudante, analisando os resultados apresentados e sua relação com os procedimentos de acompanhamento assumidos nos Conselhos anteriores;
- define previamente estratégias coletivas e individuais para o acompanhamento e intervenção posteriores junto aos estudantes promovidos e em quem se reconhece a necessidade de acompanhamento efetivo no ano seguinte;

- orienta o curso a ser perseguido pela escola e seus atores, seja redimensionando sua prática, seja ratificando-a. No início do primeiro semestre e final do último, são aplicadas pela escola algumas avaliações diagnósticas (Português e Matemática), que servem como instrumentos de adequação do ensino às necessidades dos estudantes. Assim, o primeiro e o último Conselho de Classe tomam como estudo do resultado dessas avaliações, pois elas servem para orientar o planejamento dos professores e posterior nivelamento das séries.

Nivelamento: prevê o uso de estratégias paralelas ao desenvolvimento do currículo, inserindo ações reparadoras dos conteúdos defasados dos anos anteriores.

O Protagonismo presente no Conselho de Classe

Para o Conselho de Classe existem três momentos distintos e articulados: pré-conselho, conselho e pós-conselho. Eles objetivam a avaliação e a recondução do processo de ensino-aprendizagem.

Primeiro momento: Pré-conselho

Faz parte do planejamento do Conselho de Classe a elaboração de uma pauta pelos estudantes, na qual cada turma avalia os itens: relação professor x estudante, metodologia utilizada, procedimentos de avaliação de cada disciplina e a autoavaliação da turma – um procedimento que encoraja os estudantes a assumirem a responsabi-

lidade pela sua própria aprendizagem e os corresponsabiliza pelo ambiente e condições adequadas para que o trabalho pedagógico ocorra.

Segundo momento: Conselho

A participação dos Líderes de Turma durante os Conselhos de Classe consiste em 2 fases:

- na apresentação, pelos Líderes, dos resultados da avaliação realizada junto às suas respectivas turmas, considerando os critérios definidos por toda a comunidade escolar. É também o momento em que são apresentados os resultados da autoavaliação da turma e os compromissos que eles propõem, de parte a parte, para a superação das dificuldades que eventualmente tenham sido identificadas;
- na apresentação, pelos professores, do perfil e desempenho acadêmico geral da turma, bem como a avaliação, que fazem parte do nível de compromisso que coletivamente manifestaram ao longo do período, relacionando esse resultado ou não ao desempenho geral da turma.

Após a realização dessas fases, são discutidos e pactuados entre os Conselheiros e estudantes os encaminhamentos para a superação das dificuldades e/ou aperfeiçoamento dos procedimentos identificados como bem sucedidos.

Os Líderes de Turma não participam da discussão sobre a avaliação individual de cada estudante com relação ao seu desempenho em cada disciplina, descrição de comportamentos, posturas diante dos estudos e construção dos seus projetos de vida.

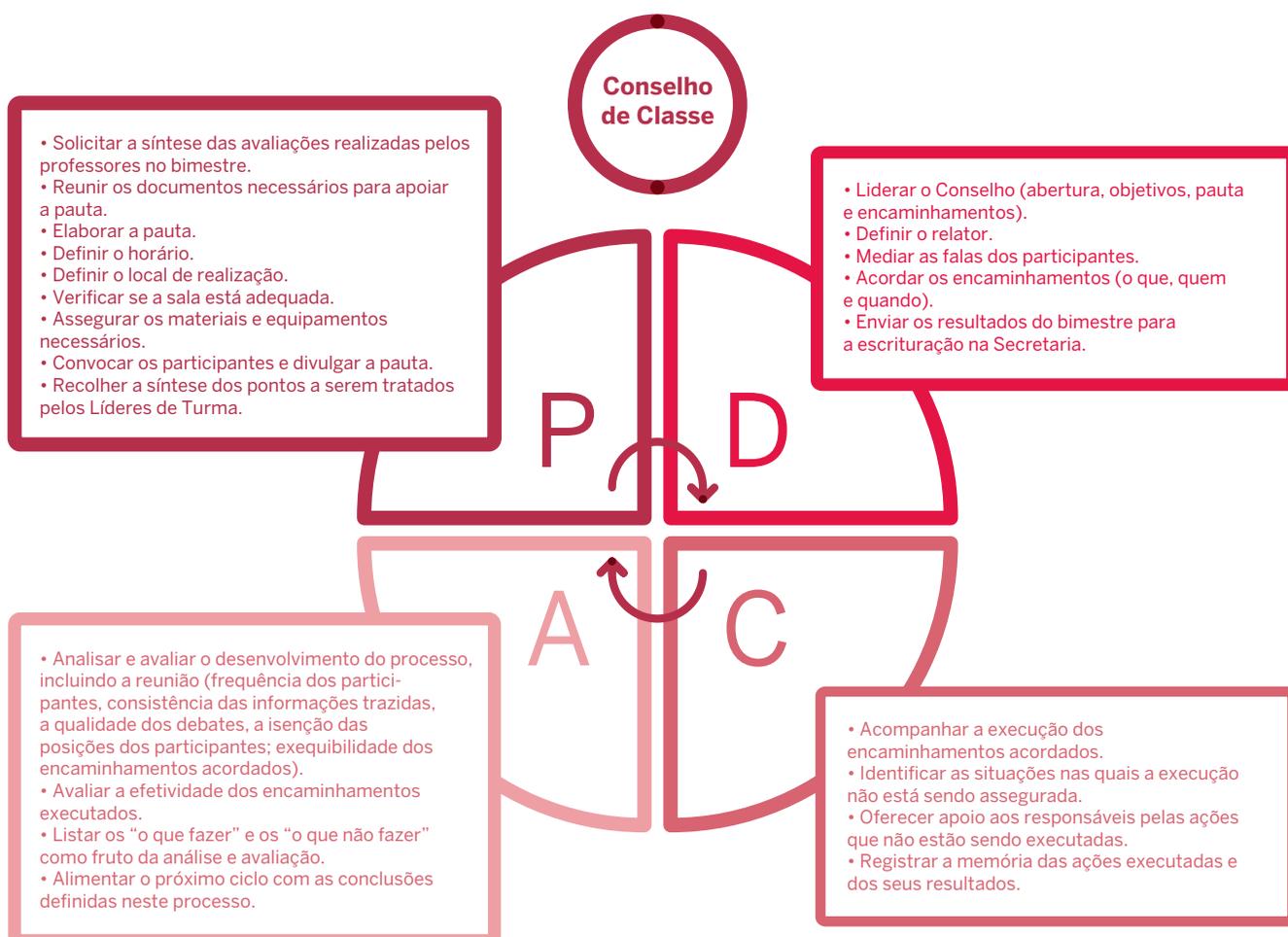
Terceiro momento: Pós-conselho

Finalizado o Conselho de Classe de todas as turmas, o Coordenador Pedagógico alinha com os Tutores o processo de devolutiva individualizada dos resultados para os estudantes e seus responsáveis. É de grande importância que os estudantes tomem conhecimento de suas fragilidades e poten-

cialidades e que os pais e responsáveis recebam os resultados a partir dos próprios professores para que garantam, em casa, as intervenções que forem necessárias.

Todas as etapas do Conselho mencionadas fazem parte do ciclo de operacionalização alimentado pelo Modelo, que consiste no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados da escola.

PDCA do Coordenador Pedagógico para o Conselho de Classe



Responsabilidades de acordo com as funções da equipe escolar:

- **Coordenação Pedagógica** - organizar e coordenar as reuniões dos Conselhos e analisar as condições institucionais que interferem na aprendizagem.
- **Professores** - analisar o percurso de cada estudante com base no Guia de Aprendizagem e no Plano de Ação da escola, favorecendo a

revisão de estratégias pedagógicas e autorreflexão enquanto profissional.

- **Estudantes** - avaliar a própria aprendizagem e atuar como protagonista também no processo educativo.
- **Pais** - acompanhar a aprendizagem no que diz respeito aos resultados qualitativos e quantitativos dos seus filhos.
- **Tutores** - apresentar a devolutiva dos resultados e acompanhar os estudantes em seus processos de superação de defasagens e melhoria da aprendizagem.

O QUE É?

- Momento de avaliação reflexiva e não de juízos pessoais dos professores.
- Avaliação pedagógica, individual e coletiva do trabalho escolar pelos educadores e estudantes.
- Ferramenta fundamental para o estabelecimento de estratégias que visam o melhor desempenho da aprendizagem dos estudantes.
- Via de avaliação mais eficaz do ensino-aprendizagem.
- Espaço de reflexão e discussão sobre as dificuldades de ensino-aprendizagem, adequação dos conteúdos, do currículo, das metodologias empregadas e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes.
- Espaço interdisciplinar, de trocas de conhecimento e crescimento da equipe escolar e estudantes.

O QUE NÃO É?

- Espaço de julgamento ou de rotulações subjetivas a respeito do estudante.
- Instância para cultura de punição dos estudantes.
- Fórum privilegiado de equacionamento dos problemas pedagógicos dos estudantes. O foco das discussões não é, em si, os problemas, e sim a busca de soluções a partir de um diagnóstico coletivo.

GUIA DE APRENDIZAGEM

Afinal de contas, o que é o Guia de Aprendizagem?

Guia de Aprendizagem é um recurso metodológico que se destina a orientar processos de planejamento e acompanhamento pedagógico de maneira objetiva em três âmbitos distintos:

Junto ao professor: para o planejamento e desenvolvimento das atividades pedagógicas da disciplina que ele ministra.

Junto ao estudante: para apoiar o desenvolvimento da capacidade de autorregulação da sua aprendizagem, pois fornece informações sobre os componentes curriculares (objetivos, atividades didáticas, fontes de consulta etc), que eles necessitarão para criar os seus próprios mecanismos de planejamento de estudos.

Junto às famílias: para complementar os mecanismos de comunicação de que a escola já dispõe e apoiá-las no acompanhamento de ensino/aprendizagem dos estudantes.

Por que usar o Guia de Aprendizagem?

O Modelo, nas suas inovações, propõe a adoção por parte da escola de mecanismos que assegurem a eficácia da gestão dos processos pedagógicos, com vistas à obtenção dos resultados pretendidos relativos à formação dos estudantes (excelência acadêmica, formação em valores, competências para o Século XXI) e que,

por consequência, apoiem a construção dos seus Projetos de Vida.

Nesse sentido, o Guia de Aprendizagem inova ao ser simultaneamente um recurso que atende 3 níveis distintos desse processo de formação (professores, estudantes e famílias) e articula planejamento e comunicação, dimensões fundamentais nos mecanismos de melhoria contínua dos processos pedagógicos.

Sua implementação no cotidiano da escola contribui para o rompimento de uma estratégia há muito utilizada pelas escolas, que é a de que “somente” o professor sabe o que vai ser ensinado num determinado período (bimestre ou trimestre, por exemplo) e o estudante “somente” recebe essas informações. O Guia compartilha com os interessados (estudantes e familiares) o quê e como será o acesso ao conhecimento historicamente acumulado. Esse movimento possibilita que a Presença Pedagógica, a Educação Interdimensional, o Protagonismo e os 4 Pilares da Educação sejam movimentados no cotidiano da sala de aula, no chão da escola.

As Metodologias de Êxito, bem como os instrumentais oferecidos neste Modelo, são parte dos recursos propostos para tornar “ação” aquilo que é apresentado enquanto princípio educativo. Assim, na sua relação direta com o currículo escolar, os Guias de Aprendizagem guardam uma relação estreita e direta com o desenvolvimento das competências preconizadas nos Princípios Educativos deste Modelo, conforme tratados no Caderno Modelo Pedagógico: Princípios Educativos e

Conceitos. Eles estimulam o desenvolvimento de habilidades relativas à:

Competência pessoal (Aprender a Ser), como a autorregulação, a responsabilidade, a responsabilidade pessoal etc.

Competência cognitiva (Aprender a Conhecer), como o didatismo e o autodidatismo;

Competência social (Aprender a Conviver), como as atividades de didática cooperativa, entre outras.

E como se elabora um Guia de Aprendizagem?

No período que antecede cada **bimestre**, o educador é orientado pela Coordenação Pedagógica ou, a depender da macroestrutura da escola, pelo Coordenador da Área de Ensino da qual faz parte, na elaboração do Guia de Aprendizagem relativo à disciplina sob sua responsabilidade.

Para essa orientação, serão utilizados os documentos de referência vigentes (sejam parâmetros, diretrizes ou referências curriculares) relativos àquela disciplina, bem como o Programa de Ação daquele professor.

Esses documentos de referência curricular variam de acordo com as diretrizes de cada Secretaria. Já o Programa de Ação é o documento que orienta a atuação do professor alinhado ao Plano de Ação da escola, confor-

me tratado no Caderno Tecnologia de Gestão Educacional.

A elaboração do Guia de Aprendizagem deve contemplar dois aspectos para o desenvolvimento do currículo à luz das bases do Modelo:

1) “o que ensinar”, ou seja, quais conteúdos/habilidades e competências estão previstos para aquele período à luz dos documentos vigentes;

2) “como ensinar”, ou seja, como os princípios pedagógicos serão traduzidos em ação. Trata-se de a equipe escolar e, de forma mais focada, o professor, evidenciar como a Pedagogia da Presença, a Educação Interdimensional, o Protagonismo e os 4 Pilares da Educação comporão o fazer didático de cada disciplina, as estratégias de ensino, as mediações de aprendizagem e as avaliações.

Tais considerações são fundamentais, uma vez que todo o enredo e a trama propostos pelo Modelo de Escola da Escolha precisam ser operacionalizados em cada fazer do ambiente escolar, e o espaço da sala de aula é privilegiado para essa nova forma de fazer escola e educação.

Outro aspecto importante que o Guia de Aprendizagem deve incorporar é a reflexão dos professores frente à presença dos estudantes com deficiência na sala de aula. Numa perspectiva inclusiva, o processo de aprendizagem deve ser feito, desde seu planejamento até a avaliação, para que os estudantes não sejam alijados do fazer pedagógico.

É preciso considerar que algumas redes organizam seus tempos escolares de maneira diferente. O Guia deve atender à lógica proposta para cada rede ou sistema (como bimestre, trimestre ou outras formas de arranjos curriculares).

Os Guias de Aprendizagem ancoram não somente elementos do Modelo Pedagógico, mas também elementos do Modelo de Gestão (TGE), como o monitoramento da relação previsão x execução do currículo a ser trabalhado para o período, suas necessárias correções e, posteriormente, o desenvolvimento do novo Guia de Aprendizagem para o período seguinte. Nessa direção, a articulação entre Modelo Pedagógico e Modelo de Gestão visa garantir que a escola entregue excelência acadêmica, formação de valores e competências para o Século XXI.

A aplicação do ciclo PDCA na elaboração do Guia de Aprendizagem e sua posterior utilização como ferramenta de monitoramento torna-se fundamental para que a escola consiga entregar os resultados pactuados em seu Plano de Ação.

Após a sua elaboração, os Guias de Aprendizagem devem ser de conhecimento dos demais professores, além dos estudantes e de seus familiares. Em algumas situações, observa-se uma grande variação de idade e estatura entre os estudantes. Isso deve ser levado em consideração ao definir o local e a altura em que os Guias serão afixados, caso seja essa a estratégia de comunicação para os estudantes. A adequação da linguagem, para que os estudantes compreendam o conteúdo do documento também é fundamental. Sobre isso, considere as recomendações do Caderno Modelo Pedagógico: Ambientes de Aprendizagem.

O Guia de Aprendizagem deve ser de conhecimento de todos os públicos envolvidos. Assim, é preciso cuidado com sua apresentação no que se refere à possível presença de estudantes, pais, professores ou membros da equipe pedagógica com alguma deficiência. Comunicação em Braille, programas de computador como DOSVOX, Virtual Vision, Jaws, recursos de tecnologia assistiva, formas de acesso à Língua Portuguesa para os estudantes Surdos, respeitando suas especificidades e o uso da Libras como forma de comunicação devem ser considerados ao publicar o Guia.

Não basta afixar os Guias de Aprendizagem nos murais/paredes da escola ou das salas de aula. É fundamental ensinar os estudantes a usar esse instrumento como recursos de orientação, de acompanhamento e de avaliação do seu próprio processo de desenvolvimento para a construção do seu Projeto de Vida. Ao atuar dessa forma, Protagonismo e Corresponsabilidade, dois importantes aportes do Modelo, são movimentados junto aos estudantes a partir de questões reais e próximas.

Pelo Decreto Federal 5626/05 a Libras passa a ser considerada como a primeira língua da Pessoa Surda http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm (consulta realizada em 09/11/14 as 10:18)

Com relação às famílias, os Guias de Aprendizagem precisam ser conhecidos para se tornarem referência na comunicação da escola sobre o que está sendo oferecido aos estudantes em cada período letivo, bem como para favorecer o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes sobre aquilo que foi prescrito. Também serve para orientá-las sobre recursos de que eventualmente os estudantes possam precisar e que se encontram descritos no Guia de Aprendizagem.

Dependendo das estratégias definidas no Plano de Ação da escola, o Guia de Aprendizagem pode ser tema de discussão nas primeiras reuniões entre a escola e as famílias, estabelecendo-se as formas de comunicar esses documen-

tos, que são elaborados e renovados a cada bimestre.

Os Guias de Aprendizagem devem apresentar:

1. objetividade no que se pretende;
2. clareza na forma de detalhar;
3. concisão sem prejuízo do significado;
4. simplicidade e praticidade no sequenciamento.

Na utilização do Guia, deve existir necessariamente:

- compromisso na relação entre professor e estudante;
- cumplicidade na relação entre professor e família;
- amizade na relação entre os estudantes;
- solidariedade entre estudantes e comunidade.

A VIDA NA ESCOLA

Escolas com bom provimento de internet, exploram e potencializam o Guia de Aprendizagem, assegurando a sua comunicação permanente por meio de site, blog, comunidade social etc.

Exemplos:

• **EEEI Jardim Botânico Piracicaba-SP. Programa de Educação Integral ICE/SEE/SP.**

• **EREM Arcoverde. Programa de Educação Integral ICE/SE-DUC/PE.**

(para mais informações, ver as Referências Bibliográficas)

O QUE É

- O Guia é orientação objetiva do processo ensino-aprendizagem de cada disciplina.
- É instrumento que apresenta atividades de docência, atividades de grupo e estudos individuais.
- Considera as necessidades, os interesses e os propósitos dos estudantes.
- É indicação das fontes de referência e pesquisa destinadas aos estudantes.
- É indicação das Atividades Complementares, Temas Transversais e os Valores a serem trabalhados no período.

O QUE NÃO É

- Não substitui o Plano de Aula do professor.
- Não é um Planejamento anual.

O conteúdo deve ser apresentado sobre um tripé:

Conceitos: Temas que serão desenvolvidos e trabalhados durante o período.

Procedimentos: Estratégias, métodos e técnicas, que serão necessários para a apreensão do conteúdo (fontes e referências de consulta e pesquisa, atividades complementares).

Atitudes: Observáveis, esperadas e resultantes das estratégias, métodos e técnicas aplicados durante o processo ensino-aprendizagem.

A seleção e a aplicação de atividades complementares:

- Apenas aquelas que complementam o conteúdo de forma clara e explícita.
- Devem ser incorporadas ao contexto da unidade do bimestre.

Tipos de atividade complementar

C – CONSOLIDAÇÃO:

- Atividades dirigidas a acentuar a importância de temas ou conceitos tratados em aula.

R – REFORÇO:

- Atividades que motivem, estimulem e ajudem a melhor compreensão e aceitação do conteúdo ou itens dele.

A – AMPLIAÇÃO:

- Atividades que, por sua amplitude ou características, não podem fazer parte diretamente da docência em sala de aula, mas que por sua importância e atualidade devem ser conhecidas pelos estudantes.

A seleção de objetivos

MÍNIMOS ESSENCIAIS (didatismo)

- Lista de Objetivos Instrucionais Gerais com o nível mínimo de competências a atingir e que garantam o aprendizado necessário, bem como os pré-requisitos para as aprendizagens posteriores.

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO (autodidatismo)

- Cada estudante mostra diferentes graus de progresso.
- Depende de um período de desenvolvimento, que varia de um estudante para outro; será diferente para cada um.
- O trabalho desenvolvido na escola deve ajudar o estudante a se aproximar de seu objetivo.
- Autodidatismo é a oportunidade de se traçar objetivos de desenvolvimento para os estudantes e o Estudo Orientado deve ser o espaço para apoiar esse processo.

O NIVELAMENTO (didática cooperativa)

- Todos são convidados a ensinar o que sabem mais àqueles que sabem menos.
- Os estudantes que recebem a orientação para o “nível de desenvolvimento” devem se comprometer a ensinar os outros, podendo assim movimentar importantes habilidades e competências socioemocionais nessa ação.
- Os professores devem orientar todo o processo.

GUIA DE APRENDIZAGEM – 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL– 2014
Colégio Sobralense de tempo integral Maria Dorilene de Arruda Aragão - CSTI

PROFESSOR	DISCIPLINA	BIMESTRE - MÊS
Iolanda dos Santos Fernandes	Artes	1º Bimestre

Justificativa da unidade

Tendo em vista que o ensino de Artes Visuais não era uma prática em nossas escolas, faz-se necessário iniciarmos a introdução da disciplina buscando desenvolver a percepção, a imaginação, a capacidade crítica e o estímulo à valorização da linguagem artística.

<p>Atividades Prévias</p> <p>Roda de conversa sobre conhecimentos em Artes, desenho livre, produção de textos sobre Artes.</p>	<p>Atividades Didáticas - Conteúdos</p> <p>ARTES VISUAIS Introdução à História da Arte; Elementos da composição visual: ponto, plano, forma, textura, linha; Impressionismo - Pontilhismo; Cores (primárias, secundárias, complementares e análogas); Arte Indígena; Arte Abstrata e Figurativa; Modernismo (sugestão: Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Anita Malfati)</p> <p>DANÇA Interrelação entre os fatores do movimento no processo coreográfico; Reconhecimento da expressão no processo coreográfico; Danças populares brasileiras; A dramaticidade nas danças populares.</p> <p>TEATRO Jogos Dramáticos; Encenação – Expressão corporal</p> <p>MÚSICA Primeiras manifestações musicais do Homem; Música na Antiguidade - Canções Indígenas, Música Medieval, Renascentista e Barroca; Formação de repertório; Poluição sonora: causas, efeitos, prevenção, cuidados e modificações nas atitudes cotidianas.</p>
<p>Fontes e Referências</p> <p>PARA O PROFESSOR PROENÇA, Graça. <u>História da arte</u>. Ed. Ática, São Paulo, 2008. OLIVEIRA, Jô, <u>Explicando a arte: uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais</u>/ Jô Oliveira e Lucília Garcez – Rio de Janeiro, Ediouro, 2004. MACENA, Lourdes/ Marcos Lopes. <u>Caderno de orientação para professores de artes visuais do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental 2</u>. SEMS. 2014.</p>	<p>Temas Transversais</p> <p>Contextualização dos diversos períodos da História confrontando com a História atual.</p>
<p>Atividades Autodidáticas</p> <p>Aulas dialogadas, expositivas, exibição de vídeos, audição de músicas, leituras coletivas.</p>	<p>Valores</p> <p>Apreciação da Arte; Valorização da cultura local; Respeito à diversidade cultural.</p>
<p>Atividades Didático - cooperativas</p> <p>Dramatizações, montagens de musicais e espetáculos, oficinas em artes, pesquisas em grupo.</p>	<p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propiciar momentos de estudo, debates e reflexão sobre as diversas modalidades e linguagens artísticas. • Propiciar momentos de estudo, lazer, descontração e socialização das crianças e adolescentes. • Identificar e fomentar o desenvolvimento de habilidades artísticas e culturais. • Estimular e desenvolver a capacidade de auto-expressão do público-alvo em atividades de artes, dança, música e teatro. • Criar laços de afinidade, respeito, espírito de grupo, solidariedade e companheirismo entre as crianças e adolescentes envolvidos. • Desenvolver a percepção, imaginação, sensibilidade e produção artística individual e em grupo. • Conhecer materiais e instrumentos variados em artes (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro) para utilizá-los nos trabalhos pessoais e identificá-los culturalmente.
<p>Atividades Complementares</p> <p>Excursões pedagógicas a espaços de Artes na cidade, encontros com artistas locais, exposições de trabalhos realizados pelos estudantes.</p>	
<p>Crêterios de Avaliação</p> <p>O sistema de avaliação contará com a participação de todos os envolvidos, se dará de forma participativa, processual e serão considerados para verificação dos resultados e objetivos, propondo os seguintes indicadores: observação do desenvolvimento das habilidades artísticas, nível de interesse e participação desses nas atividades propostas, nível de melhoria no cotidiano escolar e avaliações das apresentações culturais.</p>	

GUIA DE APRENDIZAGEM – 1º ANO DO ENSINO MÉDIO – 2008
Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano – CEEGP

PROFESSOR	DISCIPLINA	BIMESTRE - MÊS
Mônica Medeiros de Albuquerque e Mello	Filosofia	1º Bimestre

Justificativa da unidade

Com base nos elementos estudados referentes ao filosofar e a conhecimentos sobre a condição da existência humana, trabalharemos fundamentos necessários para o entendimento do ser humano enquanto ser social e político, utilizando metodologias que contribuam para ampliar a compreensão do significado e a importância da cultura para a existência da sociedade humana, considerando todos os aspectos relevantes para o processo de transformação do mundo natural no artificial.

Atividades Prévias

Questionamentos sobre o que é cultura;
Debates sobre a transformação da biosfera;
Pesquisas sobre diferentes culturas.

Fontes e Referências

PARA O PROFESSOR

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando. São Paulo: Moderna, 2003.
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
ABBAGNANO, Nicola. História de filosofia - vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
Diálogos/Platão (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1979.
COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2002.

Atividades Autodidáticas

Aulas expositivas;
Debates.

Atividades Didático - cooperativas

Seminários; pesquisas; produção de painéis; dramatizações; análise e produção de textos diversos; audição, leitura e análise de músicas.

Atividades Complementares

Consolidação; Exposição oral dos conteúdos trabalhados individualmente e por equipe; Reforço; Exercícios escritos e relatórios; Ampliação; Exibição de vídeos e produção teatral.

Crerios de Avaliaço

Serão considerados vários aspectos do processo de desenvolvimento dos estudantes: o nível de interaço com o grupo, a participaço e o desenvolvimento dos trabalhos/exercícios, debates, a apreensão dos conteúdos/ desenvolvimento conceitual. A avaliaço será instrumentalizada por meio dos trabalhos realizados durante o processo ensino-aprendizagem, considerando a coerência na argumentaço, o aprofundamento na reflexo e a organizaço das ideias apresentadas.

Atividades Didáticas - Conteúdos

FONTES E REFERÊNCIAS PARA O ESTUDANTE:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando. São Paulo: Moderna, 2003.
SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. Um outro olhar: filosofia. São Paulo: FTD, 1995.
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

Temas Transversais

Política e Cidadania; Humanismo; Ética; Liberdade.

Valores

Solidariedade; Consumo sadio/racional; Respeito à diversidade.

Objetivos Específicos

Compreender e problematizar conceitos de cultura, numa perspectiva de espaço de relaço e intervenço especificamente humanas.

- Ampliar a compreensão do significado e a importância da criaço e da transformaço cultural por meio de uma perspectiva/"leitura histórica do cenário local e mundial";
- Sensibilizaço para os aspectos positivos e negativos da aço humana na biosfera para a criaço e transformaço da sociedade humana.

GUIA DE APRENDIZAGEM

PROFESSOR	DISCIPLINA	BIMESTRE - MÊS

Justificativa da unidade

Atividades Prévias

Fontes e Referências

Atividades Didáticas

Atividades Didático - cooperativas

Atividades Complementares

Critérios de Avaliação

Atividades Didáticas - Conteúdos

Temas Transversais

Valores

Anotações

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. **Os excluídos do interior**. Em: Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 6a edição. 1998 pp 217-228
- BLACK, Paul & WILLIAM, Dillan. **Assessment and Classroom Learning**. In: **Assessment Education**. v. 5, nº 1. London, 1998. p. 7-74.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em: 20 Set. 2014.
- DALBEN, A.I.L.F. **Conselho de classe**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- DALBEN, Angela. **Conselhos de Classe e avaliação: perspectivas pedagógicas na gestão pedagógica da escola**. 2004, Papyrus. SP.
- FAIRBROTHER, B. & HARRISON C. **Assessing Pupils**. In DILLON, J. & MAGUIRE, M. *Becoming a Teacher – Issues in Secondary Teaching*. London UK, Open University Press – Buckingham, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. **Educação inclusiva : o que o professor tem a ver com isso?** / Marta Gil, coordenação ; texto de apresentação do Prof. Hubert Alquéres. - - São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ashoka Brasil, 2005.
- GAMA, Z.J. **Avaliação na escola de 2º grau**. Campinas: Papyrus, 1993.
- MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola** – Pernambuco cria, experimenta e aprova. Recife: ICE, 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda - as diferenças na escolar**
- _____, Maria Teresa Eglér. **Uma Aula Inclusiva ou “Como Ensinar Porcentagens na Escola?”**
- Manual Operacional do ICE: **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)**. Recife: ICE, 2010.
- NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. 1992, Dom Quixote. Lisboa.
- Orsati FT. **Acomodações, modificações e práticas efetivas para a sala de aula inclusiva**. Temas sobre Desenvolvimento 2013; 19(107):213-22.

PERRENOUD, Philippe. **Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica.** 1993, Porto Editora. Porto.

Princípios Orientadores do Desenho Universal da Aprendizagem. Traduzido de <http://www.udlcenter.org/aboutudl/udlguidelines>

SASSAKI, ROMEU K. – **Avaliação da aprendizagem no contexto da inclusão** - 2007

SÃO PAULO (ESTADO). Ministério Público. **Guia prático: o direito de todos à educação: diálogo com os Promotores de Justiça do Estado de São Paulo/Ministério do Estado de São Paulo** – São Paulo: MP-SP,2011

VILLAS BOAS, Benigna. **Avaliação: Políticas e Práticas.** 2002, Papirus. SP.

<https://sites.google.com/a/derpiracicaba.com.br/pcgs-online/gestores/compartilhamento-arquivos/documentos-de-modelo>
Acessado em 3/11/2014

EREM Arcoverde. Programa de Educação Integral ICE/SEDUC/PE. <http://profmalves.blogspot.com.br/2010/03/guia-de-aprendizagem-i-bimestre-quimica.html>
Acessado em 3/11/2014

REFERÊNCIAS NA INTERNET

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1249>
19/11/14 8:55

<http://direitoadiferenca.files.wordpress.com/2010/05/ensinando-a-turma-toda.pdf> - 19/11/14 8:53

EEEI Jardim Botânico Piracicaba-SP. Programa de Educação Integral ICE SEE/SP.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

PRESIDENTE

Marcos Antônio Magalhães

EQUIPE DE DIREÇÃO

Alberto Chinen

Juliana Zimmerman

Thereza Barreto

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

Organização: Juliana Zimmerman

Coordenação: Liane Muniz Assessoria e Consultoria

Supervisão de Conteúdo: Thereza Barreto

Redação: José Gayoso, Juliana Zimmerman, Maria Betânia Ferreira, Maria Helena Braga, Regina Lima, Reni Adriano, Romilda Santana, Thereza Barreto

Leitura crítica: Alberto Chinen, Elizane Mecena, Reni Adriano, Maria Helena Braga

Edição de texto: Leandro Nomura

Revisão ortográfica: Dulce Maria Fernandes Carvalho, Álvaro Vinícius Duarte e Danielle Nascimento

Projeto Gráfico: Axis Idea

Diagramação: Axis Idea e Kora Design

Fotógrafa: Kriz Knack

Agradecimento pelas imagens cedidas: Thereza Barreto; Ginásio Pernambucano; Escola Estadual Prefeito Nestor de Camargo; Centro de Ensino Experimental de Arcoverde.

APOIO

Instituto Natura

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
JCPM Trade Center
Av. Engenheiro Antônio de Góes, 60 - Pina | Sala 1702
CEP: 51010-000 | Recife, PE
Tel: 55 81 3327 8582
www.icebrasil.org.br
icebrasil@icebrasil.org.br

1ª Edição | 2015

© Copyright 2015 - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação.
"Todos os direitos reservados"

